



## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Auditório Prof. Lima de Carvalho, nos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), sito na Praça General Barbosa, em Viana do Castelo, pelas dezasseis horas e dez minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva convocatória. -----

--- Estavam presentes os Presidente de Câmara que compõem o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, designadamente: da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Baptista Calçada Pombal; da Câmara da Câmara Municipal de Monção, António José Fernandes Barbosa; da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz e da Câmara Municipal de Valença, José Manuel Carpinteira. -----

--- O Presidente da Câmara de Viana do Castelo, comunicou que seria substituído pelo Vice-Presidente, Manuel António Azevedo Vitorino. -----

--- Não estiveram presentes os Presidentes de Câmara de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Vila Nova de Cerveira que comunicaram, antecipadamente a sua impossibilidade em estarem presentes, por compromissos profissionais anteriormente assumidos.

--- Presidiu a reunião, Alberto Vilas, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, iniciando a sessão com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes: Presidente da CIM do Alto Minho; Presidentes de Câmara, Primeiro-Secretário do SEI, membros da Assembleia Intermunicipal e equipa técnica de apoio da CIM do Alto Minho. -----

Inicia a sessão com duas informações: comunica que será realizado o Ato de Investidura do membro, Filipe Manuel Baltazar Fernandes da Assembleia Municipal de Caminha, na sequência de duas renúncias apresentadas; comunica também as várias substituições efetuadas, nomeadamente: -----

-- A membro Maria Emília e Sousa Cerqueira, do Partido Social Democrata eleita pela Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, comunicou antecipadamente a sua impossibilidade em estar presente, por compromissos na Assembleia da República, pelo que será investida na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal. (Doc. 13/2022) -----

--- Comunica as informações rececionadas sobre substituições: José Augusto de Brito Pacheco do PS de Paredes de Coura, tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, substituído por José Augusto Viana de Sousa; João Evangelista Rocha Brito Mimoso de Morais do CDS-PP de Ponte de Lima tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, substituído por

2  
Al  
F  
S





Matilde Soares de Brito que, por sua vez, também comunicou a sua impossibilidade em estar presente, substituída por Maria João Lima Moreira Sousa que comunicou também a impossibilidade em estar presente, tendo sido substituída por Domingos de Oliveira Vieira; Michael Costa Sousa do PSD de Ponte da Barca, tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, foi substituído por Claudino Esteves Amorim que não compareceu. Paulo Duarte Ferreira Barbosa do PS de Ponte da Barca, comunicou a sua impossibilidade em estar presente, substituído por António Eugénio Folha Martins, que também comunicou a impossibilidade em estar presente, sendo substituído por Fernando Manuel Armada Garcez que comunica a sua impossibilidade em estar presente, tendo assim ficado esgotada a lista de suplentes apresentada pela Assembleia Municipal de Ponte da Barca; Barbara Luize Iacovino Barreiros do PSD de Viana do Castelo, comunica a sua impossibilidade em estar presente, substituída por Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas; Pedro João Mendes de Sousa e Silva do PSD de Melgaço, comunicou a sua impossibilidade em estar presente, no próprio dia, pelo que foi contactado, telefonicamente para substituição, José Albano Esteves Domingues, que não podendo comparecer, foi contactado o suplente seguinte, António José Gomes Nabeiro, também não lhe sendo possível estar presente foi contactado o membro Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima; Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves do PS de Melgaço, substituída por Vítor Jorge Castro Rodrigues. -----

--- Não estiveram presentes, Dora Marisa Alves Guterres do PS de Valença; Orlando Vasco da Cunha Oliveira do PS de Valença; Marília Florência de Sousa Nunes do PSD de Viana do Castelo e Rosa Maria Morais Lobo Bouças do PSD de Ponte da Barca. -----

Confirmam-se as presenças dos membros da Assembleia Intermunicipal, de acordo com as "Folhas de Presença" anexas. (Doc. 14/2022). -----

-- O Presidente da Mesa concluiu da existência de quórum para dar início aos trabalhos. -----

-- Como segunda informação, esclarece que a Comissão de Revisão do Regimento, vai realizar a sua primeira reunião no dia 5 de maio, de acordo com a deliberação da última reunião desta Assembleia Intermunicipal, para efetuar as alterações entendidas como pertinentes ao Regimento da Assembleia Intermunicipal, em vigor, que será posteriormente apresentado para apreciação em Assembleia. -----

--- No Período de Antes da Ordem do Dia, passa ao Ato de Investidura do membro, Filipe Manuel Baltazar Fernandes, cedendo a palavra à Vice-Presidente da Mesa, Margarida Vasconcelos que passará à leitura do referido Ato de Investidura. -----

--- Margarida Vasconcelos, cumprimenta toda a Assembleia e inicia a leitura do documento, no fim é o mesmo assinado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal e pelo agora empossado, Filipe Manuel Baltazar Fernandes, passando a membro efetivo desta Assembleia





AC  
2  
N  
E

Intermunicipal. (Doc. 15/2022) -----

--- De seguida o Presidente da Mesa apresentou a Ordem de Trabalhos para esta sessão: -----

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

1.1. Apreciação e votação da Ata da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Intermunicipal, realizada em 17 de janeiro de 2022. -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**

2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, artº. 29º do Regimento); -----

2.2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2021; -----

2.3. Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 (Aplicação dos Saldos de Gerência). -----

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

--- O Presidente da Mesa deu início ao cumprimento da Ordem de Trabalhos, iniciando com: -----

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

**1.1 Apreciação e votação da Ata da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Intermunicipal, realizada em 17 de janeiro de 2022**, previamente distribuída pelos membros. Posta a discussão e não havendo pretensões de intervenção, passa a votação. Num universo de 30 membros, obtiveram-se: 23 votos a favor, 7 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovada por maioria dos presentes. -----

**1.2 Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----**

--- O Presidente da Mesa refere ser este o período, onde podem ser apresentadas propostas, moções e assuntos de interesse, pelos membros da Assembleia Intermunicipal. Refere ter em sua posse uma moção apresentada pela CDU, solicitando ao seu subscritor a leitura da mesma. Cede a palavra ao membro Celestino Ribeiro. -----

Celestino Ribeiro - Começa por apresentar os cumprimentos a todos os presentes, iniciando a leitura da "Moção 25 de abril e 1º de maio". (Doc. 16/2022) -----

--- O Presidente da Mesa, após a leitura da moção, questiona a Assembleia, se alguém pretende intervir. Há a inscrição de um membro para intervir. O Presidente da Mesa cede a palavra ao membro Francisco Reis Lima da Assembleia Municipal de Melgaço. -----





Francisco Reis Lima – Agradece e cumprimenta todos os Presidentes e membros eleitos presentes, referindo rever vários membros, uma vez que já tinha sido membro no primeiro mandato desta Assembleia Intermunicipal. Informa estar neste dia, como membro em substituição. Após a leitura da moção, apresenta a sua própria interpretação do assunto, não sendo a do seu grupo partidário e uma vez que, não teve tempo de a discutir com o mesmo, manifesta o seu voto contra a moção apresentada. Entende, que a mesma, vem de uma “conjugação” de princípios a que todos aderiram de uma forma geral, de uma linha de reconhecimento válida, mas misturada com enviesamentos da verdade histórica, ideológica e moral, à qual não pode aderir. Refere, ser para si, o 25 de abril o Dia da Liberdade, não sendo, no seu entendimento, o transposto na referida moção. Confirma o seu voto contra e não apenas uma abstenção, entendendo que muitas das ideias apresentadas seria, pelo próprio, um incondicional aderente, do 25 de abril e derrube do regime anterior. Mais reitera que uma abstenção é uma ausência de opinião, dando uma opinião firme sobre a referida data, que não irá branquear com uma abstenção. -----

---O Presidente da Mesa agradece a intervenção e constata a intenção de intervenção pelo membro, José Carlos Resende. Cede a palavra ao membro.-----

José Carlos Resende – Começa por concordar com o texto apresentado, como sendo correto, com princípios que são os ideais para o Partido Socialista, referindo que o poderia redigir de outra forma, com outros realces, mas o Partido Socialista votará a favor do texto apresentado, sendo o mesmo uma forma de saudar o 25 de abril, não sendo apresentado um voto desfavorável pela apresentação ter sido feita pelo partido A ou B, mas sim pelo conteúdo do texto, que entende não ofender em nada nenhum aspeto do 25 de abril, a liberdade, a possibilidade em estar presente nesta reunião, o que não aconteceria se, não tivesse existido o 25 de abril. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa, agradece e mais uma vez e questiona sobre a intenção de intervenção de mais algum membro. É solicitada a palavra pelo membro Manuel Luís Gonçalves. -----

Manuel Gonçalves – Agradece e cumprimenta a Mesa e toda a Assembleia. No seguimento das palavras proferidas pelo membro, José Carlos Resende e atenta a audição da moção apresentada pelo PCP, refere que a mesma faz referência aos princípios basilares da democracia, com os quais, todos os democratas concordam. Após análise atenta do teor da moção apresentada, concorda não ofender nenhum princípio basilar da democracia, da luta contra o fascismo e defesa os todos os valores que representa o 25 de abril, realçando que sem os acontecimentos do dia 25 de abril, não vivíamos em liberdade, assim como não se estaria hoje nesta reunião, não teríamos a Constituição da República aprovada em 1976, onde estão consagrados os direitos, liberdades e garantias que atualmente representam e valorizam a nossa democracia. Aborda o tema da regionalização, ao qual é feita referência, na moção apresentada, sobre a criação das regiões administrativas, sendo um princípio, consagrado há muitos anos na própria Lei. No que respeita





ao 1º de maio, independente da interpretação histórica, feita particularmente, pelo autor da moção apresentada, refere ser um dia em que se saúdam os trabalhadores a sua valorização e defesa dos seus interesses, sendo o que o atual executivo tem vindo a fazer de forma consecutiva, quer pelos aumentos permanentes do salário mínimo assim como dos apoios sociais. Entendem, nada haver, que de forma específica possa afetar o entendimento e a intenção de voto a favor da moção apresentada. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa questiona se há mais alguma intenção de intervenção, não existindo propõe a votação da “Moção 25 de abril e 1º de maio” apresentada pelo membro da CDU, representante da Assembleia Municipal da Caminha. Colocada a votação a moção, num universo de 30 membros, resulta a votação em: 28 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. Mais informa que a Mesa procederá, de acordo com o que está na moção, ao envio da mesma às entidades referenciadas. -----

---O Presidente da mesa questiona, ainda dentro deste ponto, se alguém se pretende pronunciar. Inscreveram-se, os membros: Augusto Sousa, de Paredes de Coura e Manuel Luís Gonçalves de Melgaço. Dando por terminado o período de inscrições deste ponto. Cede a palavra ao membro Augusto Sousa. -----

Augusto Sousa – Apresenta cumprimentos a todos os membros da Mesa, membros do Executivo e Presidentes de Câmara e demais colegas membros da Assembleia Intermunicipal. Começa por referir o período de guerra que se vive atualmente, pela invasão da Rússia à Ucrânia, com um conjunto de implicações, com forte impacto financeiro que afeta todos os portugueses. Apresenta um assunto em particular, no que respeita a bens agrícolas, nomeadamente aos bens de primeira necessidade. Questiona se a CIM do Alto Minho já discutiu, está disposta ou vai discutir o assunto. Se irá apresentar incentivos para que, nesta área que já teve uma enorme capacidade de produção de cereais, se poderá incentivar, a voltar à produção de cereais, já antes produzidos, garantindo os preços ao consumidor. Reforçando que o fornecimento de cereais, está garantido até ao próximo ano. Refere estarmos agora no início de algumas dessas produções, sendo fundamental, na sua perspetiva, que a CIM, complementarmente, ao que os Presidentes de Câmara possam decidir, proceder à criação de um conjunto de mecanismos de apoio à produção de bens agrícolas, em particular aos cereais, cujo preço, já têm aumentos significativos e que historicamente, após um período destes, tendo em conta que a guerra, afeta dois dos maiores fornecedores de cereais da Europa, terá um impacto na capacidade de fornecimento e no preço dos cereais. Nessa perspetiva, lança para discussão, a criação de um conjunto de mecanismos de apoio, que possa passar por preços garantidos ao produtor, para que se possa atenuar a subida dos preços. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra ao membro Manuel Gonçalves.





Manuel Gonçalves – Cumprimenta todos os órgãos e membros da Assembleia Intermunicipal. No seguimento da intervenção feita anteriormente, reforça que nos últimos meses se tem verificado uma subida abrupta e generalizada dos preços, com principal incidência dos preços das matérias-primas, que constituem a base de fornecimento das principais indústrias. Indica com especial destaque as várias subidas de preços, não apenas, as referenciadas em relação aos cereais, aos fertilizantes e diversos produtos essenciais no sector agrícola e pecuário, mas também outras matérias-primas, como o cobre, o alumínio, a madeira e os produtos derivados do petróleo. Tratando-se de uma subida muito rápida, vertiginosa e significativa, que de algum modo, poderia ser previsível, mas não espectável. Refere que a inflação, nesta data, é a mais alta dos últimos quarenta anos, sendo importante que exista consciência desta realidade. Aponta como causas e, recuando um pouco, a pandemia do COVID19, que provocou um choque na oferta sem precedentes, expondo as fragilidades das cadeias de fornecimentos globais e altamente interligadas, onde a maior parte da produção é importada da Ásia. Sendo verdade que os governos, na altura, atuaram de uma forma rápida, implementando políticas fiscais generosas, de forma que fosse possível, suportar o consumo e o emprego; os Bancos Centrais aceleraram as compras dos ativos financeiros e baixaram as taxas de juro, aumentando assim a liquidez de ativos do sistema financeiro. No entanto, estas ações levaram a um aumento da oferta de dinheiro disponível num ambiente em que a oferta de bens se encontrava limitada. Hoje, quando se olha para a cadeia de abastecimento global, verificamos que ainda não foram reconstituídas as cadeias de fornecimento, nem se esperam resultados imediatos, num novo ciclo de sustentabilidade interna, do Espaço Europeu com a aposta na re-industrialização. A crise na saúde, determinou alterações na mobilidade de pessoas que ainda hoje permanecem, tendo as mudanças levado a uma reconfiguração dos blocos económicos, com alteração das políticas de consumo e aposta na produção interna. A guerra económica, com a imposição de novos tarifários alfandegários, aplicou uma conjugação de fatores que deixou a economia global bastante menos resiliente e mais exposta a imprevistos adicionais e incontroláveis. Assim, este imprevisto adicional, surgiu agora, sobre a forma de uma guerra, com a invasão da Ucrânia, por parte das forças militares da Rússia e assim, à crise da saúde, veio somar-se uma crise militar, à crise militar uma crise política e à crise política uma gravíssima crise económica. Com a invasão da Ucrânia pelas forças militares Russas, verificou-se um comportamento anormal, absolutamente extraordinário, do inesperado por parte dos mercados internacionais e em especial, como sabemos, porque nos afeta no dia a dia, no custo da energia e de matérias-primas. Citando um exemplo e de acordo com os dados da Direção Geral de Energia e Geologia, o preço médio do gasóleo simples, em Portugal Continental subiu 20,7%, entre o dia 31 de dezembro de 2021 e o dia 7 de março de 2022. Nesse mesmo dia, 7 de março, a cotação do preço do *brent* atingiu 123,2%, o que significa que o incremento total de





AC

n

T

M

2022, até essa data, se situava nos 55,6%. Por outro lado, a imposição de sanções económicas à Rússia e a paragem da economia na Ucrânia, para além de terem impacto nos aumentos referidos, o aumento das matérias-primas e da energia, suprimiu ainda do mercado global, a oferta de um outro conjunto de matérias-primas, tendo essas sanções económicas, contribuído ainda mais, para o agravamento dos preços, mesmo quando não dependíamos diretamente daquelas proveniências. Enquanto a Rússia e Ucrânia contribuem menos de 2% para o PIB mundial, são agentes muito importantes, na cadeia de fornecimento de petróleo e de cereais. Para além desta situação, o recente caso do aumento de casos do COVID19 na China, levou a que se decretasse um “lockdown”, com receios de que se venham a sentir mais problemas nas cadeias de fornecimento globais. Questiona sobre o que esperar, perante este cenário. Em termos políticos os resultados destes eventos poderão reforçar, por um lado, o aumento da popularidade dos partidos de extrema-direita, como já acontece, nos discursos separatistas e dos movimentos antiglobalização. Em termos económicos é um fenómeno que terá, certamente, consequências graves, para o interesse e investimento público, com o aumento exponencial da inflação, em que as pessoas terão menos poder de compra. Com as quebras das cadeias de abastecimento, o aumento dos custos de produção e a escassez de mão de obra, as empresas terão maiores dificuldades em cumprir os seus contratos. Numa altura em que se está a iniciar a execução dos investimentos do PRR, em que a chamada “bazuca” tem um pacote financeiro de cerca de dezasseis mil milhões de euros para investir, este conjunto de circunstâncias pode comprometer seriamente o cumprimento dos objetivos traçados até 2026. Não se trata de uma questão de querer, mas do poder de se conseguir ou não conseguir. Trata-se dos agentes públicos, no seu conjunto, conseguirem antecipar os cenários e terem a capacidade de atenuar os seus efeitos de forma atempada. Refere ainda, o regime atual da contratação pública, em vigor, como sendo desajustado, obsoleto, que assenta em pressupostos errados, tendo sido aprovado após a crise económica de 2008, com dezenas de alterações desde então, sem alterarem o que é fundamental. A prova desse desajustamento, é que se trata de um regime que não colhe praticamente a concordância de ninguém, nem da comunidade jurídica, nem dos agentes económicos, nem sequer do poder político e particular das entidades adjudicantes, que são representadas pelas Autarquias Locais e pelos Municípios. Mais refere, que mesmo as medidas excecionais, da contratação pública, aprovadas em maio de 2021, também não parecem suficientes. O motivo desta intervenção e do Grupo Intermunicipal que representa, o Partido Socialista, gostariam de deixar estas notas, em jeito de reflexão que permita a todos os membros presentes, que constituem a CIM do Alto Minho, a refletir e exercer os seus poderes, junto da tutela e procurar encontrar soluções mais equilibradas, para o interesse público das comunidades locais. Reforça, não ser um problema de amanhã, mas sim de hoje. Agradece. -----





Manoel Batista – Inicia a sua intervenção com a apresentação de cumprimentos ao Presidente da Mesa e restantes membros, aos colegas Presidentes de Câmara e toda a Assembleia. Começa por dizer que relativamente às matérias apresentadas, pelos membros Augusto Sousa e Manuel Gonçalves, não poderão ser de resposta “sim” ou “não”, cita as duas intervenções, pela pertinência dos assuntos, reafirmando que não são de fácil resposta. Refere que a CIM corporizando as dificuldades de cada um dos Municípios, tem procurado perceber algumas das matérias em questão e referidas nas intervenções anteriores. A questão agroalimentar, é uma questão séria, com a esperança que nos próximos meses, não seja ainda mais séria do que é atualmente e se possa ter uma evolução relativamente positiva, em todo o processo de forma a não existirem mais agravamentos, conscientes também, de outras matérias cruciais, nomeadamente a energia. Sendo a questão energética uma das mais complexas, exigindo um esforço para contornar. Continuando a sua intervenção pela questão da energia, refere que, um dos problemas graves são os custos enormíssimos que nas empresas se acrescentam, nomeadamente nos combustíveis fósseis ou energia elétrica, referindo os custos acrescidos e as suas repercussões em cada Município, que será espelhado aquando do apuramento das contas no final do ano. Perante esta dificuldade, os Municípios estão solidários com todo o tecido empresarial, disponíveis para a médio prazo, discutir, analisar e ajudar a encontrar caminhos nesta matéria, estando a fazer o mais pertinente, nesta altura, que passa por indagar as várias tutelas do governo sobre estes aspetos de ordem e resolução mais global e conjuntural que propriamente local e regional. Dá conhecimento de uma reunião, quinze dias antes, com o Primeiro Secretário, com os Vice-Presidentes e com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Carlos Miguel, colocando-lhe a questão, do que os Municípios poderão contar, este ano, do ponto de vista de reforço de verbas, de forma que as contas não derrapem de forma tão abrupta. É uma matéria que está a ser tratada, aguardando algum desenvolvimento positivo, com o compromisso do Secretário de Estado, de procurar soluções para minorar os efeitos negativos desta situação. Junto das empresas, estão a dar apoio, embora existam organizações próprias e a capacidade do movimento empresarial também junto da tutela, no sentido de atenuar as dificuldades sentidas. No que respeita ao sector agroalimentar, não cabe a uma organização como a CIM, fazer uma alteração da estrutura de produção no território, podendo desempenhar um papel de colaboração. Dá conhecimento que existem, neste momento, formas de trabalho e um instrumento de trabalho de transmissão de conhecimento para o sector agroalimentar, que permitirá fazer um ajustamento prioritário, após uma reflexão sobre o assunto. Sabendo que na especialização, o trabalho desenvolvido neste território, não vai tanto no sentido da produção de cereais, mas seguindo outro caminho, nomeadamente o vinho, também no âmbito do agroalimentar, o território tem uma evolução muito significativa, do lado do Vale Lima e do lado do





Handwritten initials and marks in blue ink, including a large 'A' and some scribbles.

Vale do Minho, estando a afirmar a economia agrorural. Lembra que os terrenos agora cobertos de vinha neste território, há quarenta anos, estavam cultivados com milho e porventura algum trigo, não sendo atualmente, possível de uma forma rápida converter os terrenos para produções diferentes. No entanto, é um assunto a acompanhar, tentando perceber o papel das organizações, as discussões da União Europeia com o Governo o fecho do PEPAC (Plano Estratégico da PAC 2023-2027) e o que o governo, através do Ministério da Agricultura e do GPP poderá fazer neste ponto, de incentivo, para que o aumento da produção de cereais venha a acontecer no país como um todo e não apenas numa região. Disponíveis para colaborar, acompanhar o sector e quem de direito, nomeadamente a tutela ou organizações sectoriais, mas de uma forma franca dizer da incapacidade da CIM em fazer este trabalho *per si* para que se altere o modelo de produção. Deixa ainda uma nota de esperança, do sector agroalimentar, que ultrapassadas estas situações dramáticas agora vividas, terá um potencial crescimento, sendo já um motor de força para a economia e com grande potencial no Alto Minho, acreditando num significativo crescimento, dando a esta região, uma agricultura mais especializada, mais focada e capaz de criar valor neste território. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção do Presidente da CIM do Alto Minho e questiona se algum dos intervenientes pretende manifestar-se. É cedida a palavra ao membro Augusto Sousa. -----

Augusto Sousa – Entende, que não compete à CIM definir o modelo ou tipo de produção, não sendo também a ideia da intervenção anterior, alterar os produtos produzidos na área de atuação desta CIM. Realçando que pela história e acontecimentos através dos tempos, aprendemos que a seguir a uma situação pandémica e situação de guerra, há inevitavelmente dificuldades alimentares. Refere a produção do vinho, setor forte nesta região, mas reafirma a importância essencial dos cereais, como bens primários. Não descora a produção do vinho, mas entende que muitas áreas de cultivo, nesta região, poderiam ser aproveitadas para a produção de cereais, com um incentivo à produção, que motive os agricultores, para que neste ano em particular, possam decidir, avançar e aumentar o nível de produção deste tipo de produtos. Concorde e entende não ter a CIM um conjunto de meios para esse fim, mas com a sua influência e força definir um conjunto de incentivos para promover a produção destes produtos, neste contexto, em particular. Analisando dados históricos, esta situação pode contribuir para um forte aumento do custo de vida e dos bens essenciais. Esclarece a sua intenção, não de uma mudança de produção, mas sim a criação de incentivos e atenuação esta dificuldade. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção, questionando o membro que anteriormente falou se pretende intervir. Questiona ainda o Presidente da CIM se pretende manifestar-se neste momento, sendo afirmativa a resposta, cede a palavra ao Presidente da CIM. -----





K

Manoel Batista – Cita após a segunda interpolação, do membro Augusto Sousa, que poderá assumir apenas o compromisso, de apresentar a questão colocada, numa próxima reunião do Conselho Intermunicipal e ser discutida a matéria, entre os dez Presidentes de Câmara, e porventura, serem propostas à tutela algumas medidas em complementaridade a outras já existentes. Assume o compromisso. -----

---Pelo Presidente da mesa é confirmado o registo deste compromisso, para futura análise e disponibilidade de meios para esta sugestão. -----

--- O Presidente da Mesa passa ao “Período da Ordem do Dia”, nomeadamente ao ponto 2.1 Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, art.º 29º do Regimento); cedendo a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho. -----

Manoel Batista – Agradece e faz uma breve apresentação, sem ser demasiado exaustivo, começando por abordar a atividade da CIM do Alto Minho, ao longo dos primeiros meses do ano. No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial “Alto Minho 2020”, têm procurado entender junto dos Municípios e das entidades privadas, o ponto de situação e assegurar a execução do PT 2020, na fase final de programação. Dá nota que o Programa de Apoio à Produção Nacional, que teve 6 avisos a concurso, permitiu o apoio a 56 projetos privados, que correspondem a 4.011.487,46 € de financiamento, com uma taxa de execução, a esta data, de 23%, sendo o objetivo que até ao fim de 2022 possa atingir os 98%, que se consiga durante o corrente ano realização plena deste Programa. Quanto à Operacionalização do PROVERE Minho Inovação, a CIM Alto Minho entidade líder do consórcio Minho Inovação, em parceria com as CIM's, do Cávado e Ave, em articulação com 24 municípios que compõe o território do Minho têm dinamizado várias iniciativas, como a participação em Lisboa num evento “Essência do Minho”, enquanto espaço de pré-lançamento da marca “Amar o Minho” na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), com um excelente impacto na opinião pública. A participação na referida Feira da Turismo de Lisboa (BTL) com uma imagem renovada e com o Stand imersivo e sensorial, evidenciou a qualidade do território. A dinamização do projeto em parceria com a INCUBO, com o IPVC e com a TecMinho, relacionado com a Inovação, Qualificação e Empreendedorismo para apoio de suporte ao desenvolvimento de novos projetos e que depois possam ser candidatados a várias linhas de financiamento, ainda o apoio ao Programa de Intervenções Artísticas e Comunidade, “No Minho não há aldeia melhor que a minha”, sendo do conhecimento geral e estando a percorrer os 24 municípios do Minho, com intervenções em andamento, apresentando resultados muito concretos. Tem-se procurado trabalhar o Programa de Ação de Valorização Turística do Alto Minho, tendo pelo segundo ano consecutivo o Alto Minho, sido premiado com o Galardão Green Destinations Award 2022, integrando o Alto Minho desde 2018 na lista dos cem





Handwritten initials and a large number '2' in blue ink.

melhores destinos sustentáveis do mundo, no âmbito do Turismo. Em maio de 2021 foi submetido o processo de reavaliação da candidatura à Carta Europeia do Turismo Sustentável, que após análise e visita de um auditor da Federação EUROPAC que nos visitou, recomendou que fosse renovada a atribuição ao Alto Minho do certificado da referida Carta, estando a aguardar o momento da cerimónia da entrega desta certificação, inicialmente indicada para maio e adiada para o final do ano, provavelmente no último trimestre de 2022. No âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial “Alto Minho 2030”, refere estar a CIM do Alto Minho a desenvolver o quadro estratégico da Intervenção Integrada de Base Territorial para o Alto Minho, na perspetiva de continuação/atualização do trabalho iniciado, estando atualmente a decorrer reuniões com todos os Presidente de Câmara para finalizar o documento já elaborado. Comunica a apresentação de uma candidatura, ao NORTE 2020 para o desenvolvimento de quatro Planos de Ação Temáticos, para serem financiados no 2030, sendo: Competitividade Territorial da área económica e empreendedorismo, incubadoras e ideias de negócio e transferência de conhecimento; Valorização Económica Sustentável do Alto Minho abrangendo vertentes Mar e Rio; Promoção Turismo Sustentável do Alto Minho abrangendo as vertentes da rede da biodiversidade e certificação do território e Promoção da Inovação e Criatividade no Alto Minho, abrangendo os domínios da cultura, arte e património), todos estes Planos preparados para que possam ser financiados futuramente.-----

Dá nota que no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR-PT/ PT 2030), trabalham na área saúde em colaboração com a ULSAM e os Municípios, com a elaboração de um dossier com o pré-levantamento sobre as necessidades de investimentos no domínio da saúde no Alto Minho tendo já realizado várias reuniões com o Presidente e o próprio Conselho de Administração da ULSAM e na semana anterior, com o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Dr. António Sales, para conjuntamente avaliar a possibilidade de investimentos e obter enquadramento nos Fundos Comunitários e no sentido de perceber até que ponto os Municípios podem ser um contributo ativo, para a requalificação dos equipamentos de saúde do território do Alto Minho, sendo um desiderato para a CIM, que tem trabalhado de uma forma intensiva, para que se possam ter projetos de recuperação de todo o ativo, nomeadamente, os Centros de Saúde, espaços hospitalares e outros, para que no âmbito do PRR, com projetos prontos se consiga alcançar a intervenção necessária, um pouco à imagem do que foi feito no mandato anterior, em relação aos equipamentos de educação. -----

Na área da descentralização de competências está feito e articulado o Planeamento e concertação da rede de ofertas profissionalizantes para o ano letivo de 2022/2023, tendo-se realizado na semana em curso, uma reunião com a DGESTE Norte, municípios e escolas, para apresentação da oferta formativa para o ano letivo a iniciar em 2022. Na Área Social – Planos de





Desenvolvimento Social e Plataforma Supraconcelhia, no âmbito das competências da área social a CIM está a desenvolver o Plano de Desenvolvimento Social para o Alto Minho, tendo convocado uma reunião para o dia 29 do corrente, da Plataforma Supraconcelhia, sendo a primeira reunião, com a nova situação da transferência de competências. -----

Quanto à situação da Ucrânia – Alto Minho Solidário Missão Ucrânia, e a necessidade de apoio humanitário, tem-se procurado desde o início ter um trabalho articulado e concertado, com todos os municípios e entidades locais/regionais, numa escala Intermunicipal, tendo sido feita uma recolha de bens alimentares não perecíveis, artigos médico-farmacêuticos e produtos de higiene, entre outros, já enviada de forma adequada em articulação com a Embaixada, para a fronteira com a Polónia, tendo seguido 19 toneladas de bens essenciais; paralelamente foi efetuado um levantamento da capacidade de acolhimento de refugiados, com uma primeira identificação de alojamento, para cerca de 400 pessoas; foi elaborado um documento orientador para cada um dos municípios e seus técnicos para facilitar, o acesso aos serviços básicos de apoio, com o contributo de diversas entidades do território como a ULSAM – Unidade Local de Saúde do Alto Minho, a Delegação do SEF – Serviços de Estrangeiros e Fontes de Viana do Castelo, o CDSS- Centro Distrital da Segurança Social, o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional e o IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Mais informa estar a decorrer, em articulação entre o IPVC e a Ordem dos Psicólogos uma ação de formação sobre intervenção Psicológica em Situação de Catástrofe, importante para melhor capacitar os técnicos do território, para poderem dar uma resposta mais adequada às pessoas que estão a chegar da Ucrânia; ainda sobre esta matéria e de acordo com os dados do SEF estão cerca de 356 ucranianos no Alto Minho, acolhidos pelos nossos municípios.-----

Termina com uma nota com o que está a ser feito no âmbito do projeto “Cultura para todos”, com a realização de 10 Encontros Literários do Alto Minho “As palavras que nos unem” em todos os municípios, percorrendo as bibliotecas dos 10 municípios, entre os meses de abril e outubro: numa primeira fase, em Valença, Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, numa segunda fase abrangerá os outros cinco concelhos: Melgaço, Ponte da Barca, Viana do Castelo, Monção e Paredes de Coura. Terminada esta pequena apresentação sobre o trabalho desenvolvido no período referido, convida os membros da Assembleia Intermunicipal a participarem nestas atividades de grande interesse cultural. -----

--- O Presidente da Mesa da AI agradece a apresentação do Presidente da CIM e entende estarem a ser profícuas as ações neste território. Questiona a Assembleia se alguém pretende apresentar alguma questão ao Presidente da CIM, Manoel Batista depois desta rápida apresentação do trabalho desenvolvido pela CIM. Não se registaram inscrições para intervir.-----

--- O Presidente da Mesa passa ao segundo ponto: 2.2 Apreciação e votação do Relatório de





AR

2

Gestão e Contas referente ao ano de 2021, propõe antes da análise do conteúdo das contas a cedência da palavra ao Presidente da CIM e posteriormente será apresentado, pelo Primeiro Secretário, Bruno Caldas através de apresentação em “PowerPoint” do resumo do documento, salientando que se fará, adicionalmente, enfoque a um dos projetos realizados com maior expressão relativo ao ano anterior, relacionado com o “Alto Minho 4D – Viagem no Tempo”, uma ação acordada para enriquecimento do conhecimento da atividade desenvolvida pela CIM, nesta Assembleia que reúne, ordinariamente, duas vezes por ano e tem alguma responsabilidade, junto das Assembleias Municipais e da população do Alto Minho. Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

Manoel Batista – Agradece e confirma que esta matéria será apresentada pelo Primeiro Secretário do SEI da CIM, Bruno Caldas, uma vez que tem a gestão desta CIM. Passa a palavra ao Primeiro Secretário. -----

Bruno Caldas – Começa por cumprimentar toda a Assembleia, o Presidente da Mesa e restantes membros, o Presidente da CIM e Presidentes de Câmara ou seus representantes. Comunica que, irá fazer a apresentação da atividade da CIM, no formato de apresentação “PowerPoint” e o mesmo será posteriormente disponibilizado a todos os membros, como habitualmente. Começa por descrever que a apresentação está dividida em quatro momentos: o primeiro momento com um enquadramento geral da situação e do contexto da atividade da CIM, um segundo momento em que apresentará rapidamente as principais áreas de atividade ou nucleares da CIM do ano de 2021; um terceiro momento, especificar mais um projeto, apesar de todos os projetos que tem um ciclo de programação mais alargado, mas que em 2021 teve um forte impacto no território e por fim o momento mais relacionado com o relatório financeiro e contas resultado do trabalho da CIM. --- Inicia com a representação do que foi o GOPO de 2021, sendo o ano 13, um ano de incerteza, de recuperar o presente e preparar o futuro, já tendo sido abordadas, as dificuldades sentidas na implementação de projetos em 2021, no contexto marcado pelas incertezas decorrentes da pandemia do COVID19, pressionado pelas cadeias globais, pelas crises que agora agudizam, em 2021, pressionadas pela sensorização, a digitalização, as alterações climáticas, com um desafio da dupla transição – a climática e a digital, sendo agora uma tripla transição que passará por aumentar a camada de segurança que ajuda o desafio, que aliás, há pouco tempo partilhou com os Presidentes sobre um *ranking*, que coloca Portugal em quarta posição em termos de segurança e paz, sendo motivo de orgulho para todos, estando à nossa frente a Islândia, a Nova Zelândia e a Dinamarca, o que também traduz bem o trabalho das Comunidades Intermunicipais e em particular da CIM do Alto Minho. Após este enquadramento e pegando nas áreas chave da CIM, cerca de sete: **1. Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial “Alto Minho 2030”**, em 2021 foram aprovadas 89 operações com um montante de financiamento de cerca de 10





milhões de euros de Fundo, contratualizados em 2021, em 7 tipologias de ação: TIC, na componente de prestação de serviços ao cidadão, de serviços públicos nas autarquias locais, nomeadamente os Espaços de Cidadão; Eficiência Energética; SI2E; SI2E/PAPN/Incubadoras: nas incubadoras a implementação e arranque de alguns projetos piloto, na área de incubadoras de emprego e empreendedorismo; CEI e CEI+/Cultura para Todos; Lares; Equipamentos Sociais; PIICIE e Escolas uma parte relacionada com a iniciativa nacional da remoção do amianto, em algumas coberturas. Como referido pelo Presidente da CIM materializou-se mais, no início de 2022, embora aprovados em 2021, os Avisos do Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN). Apresenta alguns exemplos fotográficos de intervenções no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial "Alto Minho 2030", não detalhando cada uma das fotografias, mas apenas uma imagem gráfica das intervenções promovidas pelos municípios e por entidades privadas, desde intervenções em escolas; espaços de cidadão, a mobilidade, a remoção do amianto, a iluminação pública e ainda outras componentes mais privadas relacionadas com indústria. Ainda no âmbito deste Pacto em 2021, foi possível ajustar as tipologias de ação e fazer um equilíbrio para garantir a execução dos cerca dos 61 milhões de euros contratualizados no início do Ciclo de Programação, que face a alguns mecanismos de ajuste permitiram aumentar a execução, quer de projetos particulares, quer dos projetos municipais, com alguma negociação na flexibilização da implementação deste Quadro junto da Autoridade de Gestão. -----

Passando, a outra área chave: **2. Operacionalização do PROVERE Minho Inovação** a atividade desenvolvida em particular, os investimentos materiais, realizados pelos municípios, na área do património natural e da interpretação cultural; algumas fotografias mais relacionadas com a arte, intervenção urbana, intervenção artística. Dar nota de um Ciclo de Conferências que percorreu o território do Alto Minho, num ano de pandemia, 2021, tendo sido possível organizar 10 conferências sobre a importância do património imaterial, a importância do feminino no território, tendo proporcionado conversas muito interessantes, com muita assistência e diálogos muito profícuos. Por fim, no ano de 2021, no âmbito do projeto "Minho Região Europeia da Gastronomia" foi organizado um Congresso Internacional com o IPVC, prepararam a organização de um Concurso, que dá alguma notoriedade, aos alunos das Escolas Profissionais na área do turismo, da gastronomia e da restauração. Foram eleitos os Jovens Chefs que representam o Minho em concursos internacionais, apesar de ser uma atividade mais imaterial é também importante para identidade do território e a afirmação dos nossos jovens na área da formação profissional. Nesta área do PROVERE mantêm-se atividades no corrente ano, sendo este o desenvolvido no ano de 2021. -----

Na área chave **3. Operacionalização da DLBC Costeira "Litoral Norte – Mare Ditat"**, gerimos





AS  
2  
✓  
E

uma área muito própria para as freguesias mediterrâneas, desde Esposende até Valença, dando continuidade às candidaturas que estavam aprovadas, com um acompanhamento desse trabalho, de apoio às candidaturas privadas com a monitorização da estratégia, estando-se já, no âmbito, da avaliação efetuada e também a preparação do trabalho para a nova estratégia associada à estruturação do futuro Programa Operacional FEAMPA 2030. -----

Na área **4. Operacionalização do Programa de Ação e Valorização Turística do Alto Minho**, apresenta de uma forma mais rápida para poder detalhar o ponto seguinte, refere um dos projetos mais trabalhados na área turística do Alto Minho, a da Cultura e da Criatividade com diversos projetos, sendo um deles a Estação do Tempo, Alto Minho 4D que irá detalhará melhor, a área do Património Natural, que apesar de ter vários projetos a decorrerem ao mesmo tempo, destaca um projeto apoiado pelo Turismo de Portugal relacionado com o “Alto Minho Cycling & Walking” em cada município, tendo instalado centros de apoio ao cicloturismo, com um conjunto de percursos definidos, permitido estruturar a rede de oferta de montanha ligada com à rede de oferta de ecovias e ecopistas, associadas ao Eixo do Minho e do Lima, pelo litoral. Refere algumas ações mais relacionadas com a educação a sensibilização ambiental, junto das escolas, com a realização de exposições interativas. Ainda dentro deste Programa de valorização, refere a área da Náutica, nomeadamente o projeto “Estação Náutica do Alto Minho” com aderentes privados e na área da certificação, também já referida pelo Presidente da CIM, em que o trabalho desenvolvido em 2021 permitiu este ganho efetivo e um reconhecimento internacional nestas áreas. -----

Quanto à área **5. Qualificação da Gestão de Serviços Públicos Locais de Proximidade**, destaca o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Alto Minho, com a implementação de diversas iniciativas, uma Ação de Capacitação dirigida aos Técnicos Municipais na área da mobilidade e transportes, onde foi possível ganhar competências internas, nesta área importante e dinamização de algumas iniciativas na área da Ação Social com alguns projetos, sendo um deles o “Alto Minho + Inclusivo” onde se desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho estando a ser desenvolvida uma rede de equipamentos. -----

No âmbito da Cooperação Transfronteiriça dar nota dos equipamentos que foram entregues, em cooperação com os municípios, tendo a CIM entregue em 2021, kits de Proteção Civil, nas áreas de matéria perigosas e do resgate e salvamento, tendo sido elaborado um trabalho com a Confederação de Bombeiros, Corporações de Bombeiros e Serviços Municipais de Proteção Civil. Perceção dos locais, onde eram mais pertinentes os kits de resgate e salvamento, entendidos os associados aos territórios, do Parque Nacional da Peneda Gerês e as matérias perigosas, associadas aos eixos rodoviários principais, A3, A27 e A28 tendo sido efetuada essa entrega, de cerca de 12 kits neste território. -----





Na Operacionalização do Plano de Ação Intermunicipal de Modernização, Formação e Inovação Organizacional da Administração Local no Alto Minho, para além do site da CIM, ter disponível uma vasta informação do Alto Minho, salienta também a disponibilização por parte de algumas Câmaras de complementarem com mais informação e imagens do Alto Minho, através de uma parceria com a MEO. Numa primeira fase, para as praias, mas assumindo o compromisso de uma região piloto para os miradouros e paisagens, sendo um projeto em construção no site da CIM do Alto Minho, onde convida cada um a pesquisar e visitar o disponibilizado, uma melhoria no mercado da diáspora e mesmo da saudade, podendo mostrar o nosso Alto Minho. -----

Comunica à Assembleia Intermunicipal que este mandato foi iniciado com a informatização e digitalização das reuniões do Conselho Intermunicipal, tendo sido eliminado o papel, sendo um contributo ambiental e a assunção do processo de transição digital, feito no âmbito de uma candidatura do PO NORTE. -----

Em resumo, para melhor perceção da panóplia dos projetos referidos, na Operacionalização de Iniciativas de Cooperação Territorial do Alto Minho, Programas Operacionais Regionais, trabalhamos também com Programas de Cooperação Territorial Europeia; 11 projetos no POCTEP (INTERREG VA); 3 no INTERREG Europa; 1 Espaço Atlântico; 3 ERASMUS e 1 URBACT e rede EURES. São projetos mais imateriais, que permitem acompanhar as dinâmicas mais europeias e nacionais no âmbito da intervenção desta CIM. -----

Dá nota de um projeto que deu muito trabalho à CIM e a um dos seus parceiros, o AECT Rio Minho, um trabalho em relação às fronteiras e da participação na construção do novo INTERREG, dos Fundos sempre reclamados para a fronteira, foi feito um trabalho bastante exaustivo. -----

Por fim falando do ponto **7. Estruturação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial “Alto Minho 2030”** de trabalhar o presente e no intuito de preparar o futuro, como foi salientado no primeiro slide, tendo sido distribuído hoje, a todos os membros uma brochura que tenta resumir o processo de revisitação da Estratégia Alto Minho 2030 e da construção do Plano de Ação, sendo um breve resumo dos passos que têm sido desenvolvidos e o que se pretende em 2022. Em 29 de julho de 2021 houve uma reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Minho, onde se apresentou a Estratégia e a proposta do Plano de Ação, tendo-se definido um “roadmap” para a construção de um Plano de Orientações para responder às necessidades do território.-----

Em resumo 2021 foi um ano muito dinâmico, diverso, com muitas iniciativas e atividades, com 52 candidaturas no âmbito do Portugal 2020 em desenvolvimento e com um montante global na ordem dos 10 milhões de euros aprovados, sendo esta uma programação anual e sempre com um foco especial em alguns projetos. A apresentação efetuada é um resumo, sucinto, do trabalho desenvolvido, para além de outras aqui não referidas. No cumprimento do desafio, lançado pelo





Presidente do Conselho Intermunicipal para a apresentação de um projeto específico passa a apresentar mais uns slides sobre o projeto em destaque em 2021, "Alto Minho 4D – Viagem no Tempo". Um projeto cofinanciado pelo NORTE 2020 num Aviso concorrencial, lançado para todos os Municípios do Alto Minho, com um investimento da CIM na ordem dos 800 mil euros e que globalmente com os Municípios atingiu um investimento de cerca de dois milhões de euros, tendo cada município uma intervenção específica e a CIM, com uma intervenção mais estruturante e de ligação. Em 2021 foi o ano cruzeiro deste projeto, tendo sido atingida uma taxa de execução próxima dos 100%. O objetivo do projeto era olhar para o património cultural, de uma forma diferente e perspetivar uma rota cronológica, ou uma rede intermunicipal de estruturas de interpretação e promoção turística, em cada um dos municípios. Foi feito um trabalho de consolidação, de qual a temática e a rota cronológica de cada um dos municípios, não estando a especificar por cada um, mas de todos como uma porta de entrada daquela temática, com recursos dos municípios, mas também, uma oferta de recursos de todo o Alto Minho. Com a perspetiva que a porta que está num dos municípios, é a porta do Alto Minho e não, do próprio município, numa lógica intermunicipal. É um convite a turistas e numa componente, mais vocacional para as escolas, para reinterpretem e conhecerem um pouco mais do nosso património cultural, ao longo do tempo por isso a designação de "Viagem no Tempo". As intervenções físicas em cada um dos espaços foi a cargo de cada município, que para além de um esforço de recuperação do espaço, para cada uma das "estações" houve também uma componente mais interativa de "vídeo mapping", de construção de vídeos, documentários e até de pesquisa histórica e científica, para concretizar estas iniciativas. Apresenta nos diapositivos alguns exemplos das "estações" que estão abertas ao público e não querendo, ser exaustivo, passar rapidamente pela apresentação das "estações", dizendo que paralelamente foi elaborado algum material de promoção: mapas desdobráveis para apoio às visitas; brochuras; conteúdos no website altominho.pt e que estão disponíveis em todas as estações, tendo sido trabalhados também alguns componentes de conferências, de visitação, de promoção do território, incluindo a produção de documentários com o apoio da AO NORTE, sendo alguns dos documentários estreia em algumas salas de cinema e a oportunidade, de passar algumas dessas peças, numa parceria com o Porto Canal. Foi um projeto que envolveu muitas entidades, mas com um particular esforço dos municípios para integrarem esta rede e investirem, para além do investimento que estava previsto no próprio projeto, cerca de 2 milhões de euros, alguns municípios investiram para além da recuperação do próprio património existente, dando o exemplo das casas das matas, em que houve um investimento adicional, para garantir a visitação para além de outros exemplos de intervenção nessa área. Em termos de desafios da atividade da CIM existe esta componente.

(Doc.17/2022) -----







Passando ao Relatório Financeiro, começa por referir a execução orçamental como sendo uma das mais altas de sempre da CIM do Alto Minho, quer do total da receita quer da despesa, acima dos 50%, resultante também de um ajustamento do orçamento à realidade da execução da Comunidade Intermunicipal e também de uma clara aceleração dos Programas de Financiamento, estando numa fase de velocidade cruzeiro. Menciona que muitas vezes, os projetos são criticados pela velocidade do arranque, mas em projetos mais difíceis que envolvam muitas entidades torna-se mais difícil a fase inicial. No ano de 2021 existiam muito projetos “amadurecidos”, já estavam em ação em 2019 e 2020 e que permitiram, um desenvolvimento mais acelerado e assim garantir uma boa execução, um forte fator, para além do esforço das equipas, o que permitiu um aceleração significativo no ano de 2021. Mais refere a origem da receita e da despesa que é igualmente, como no passado, onde os Fundos Comunitários representam cerca de 70% da atividade da CIM, 23% os municípios e 7% o Orçamento de Estado, concluindo que o maior foco de intervenção são os Fundos Comunitários. A aplicação da despesa de cerca de 22% com despesas com o pessoal, 60% com a aquisição de bens e serviços e cerca de 13% da aquisição de bens de capital. No que se refere ao aumento, com a aquisição de bens, deve-se o mesmo à aquisição dos kits já referidos e equipamentos. entregues aos municípios na operação de Bombeiros, verificando-se assim um aumento em relação a anos anteriores. O Saldo de Gerência é de 555 777,56€. No que respeita a recursos humanos, o número de trabalhadores da CIM, tem estado na ordem dos 30 trabalhadores, tendo 2021 finalizados com 25 trabalhadores, com uma perspetiva ligeiramente diferente, que já foi apresentada na última reunião da Assembleia Intermunicipal, com a aprovação do Mapa de Pessoal para 2022. Passando ao último slide em que demonstra as participações da CIM do Alto Minho, dando nota particular do trabalho do AECT Rio Minho e da MinhoCom, uma empresa também com grande capacidade de crescimento e de posicionamento no território, sendo um resultado que deve ser enaltecido e percecionado o impacto que a empresa tem no território. Refere também a Associação CITIN – Centro de Interface Tecnológico Industrial, uma entidade recentemente criada, que inicia agora os primeiros passos, em que a CIM tem uma participação menor, mas que também contribui para os resultados apresentados. Estão também referidas, a ADRIL - Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima e a Área Alto Minho – Agência Regional de Energia e Ambiente, estando descrita informação das mesmas. Agradece a atenção dispensada, na apresentação que acaba de fazer. -----

O Presidente da Mesa refere ter sido esta uma forma diferente de apresentar a Conta de Gerência, mais intuitiva, com imagens e com uma visualização que entende enriquecer a leitura de um documento, no caso com 414 páginas. Agradece a apresentação efetuada e a aceitação do desafio proposto. Abre o período de discussão deste ponto. Inscreve-se o membro, Augusto





AB

2

Sousa. -----

Augusto Sousa – Dirige-se ao Primeiro Secretário, Bruno Caldas para colocar uma questão, no que respeita ao que estava previsto na receita, com uma taxa de execução de cerca de 52% e certamente uma despesa equivalente, e a execução apresentada foi cerca de 56%, assim questiona sobre o que falhou, ou que entidades é que aprovaram a receita, que que não deveria ter sido aprovada e ainda o que ficou por fazer em virtude da receita não ter sido aprovada. Agradece. -----

-- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e uma vez que não existem mais inscrições cede a palavra ao Primeiro Secretário da CIM do Alto Minho. -----

Bruno Caldas – Começa por referir que tentou explicar a situação antes da apresentação, relacionada com o facto, a situação recorrente e ajustados os valores, estando a falar de taxas de execução na ordem dos 50%, tendo já existido em anos anteriores na ordem dos 30% e 40%, que esta relacionada com a capacidade da Comunidade Intermunicipal e dos seus municípios comprometerem-se com Fundos Comunitários, que muitas vezes não se coadunam com exercícios de execução anual. Significa que, quando surge um Aviso de Candidatura surge muito verticalizado, o que obriga a candidatar para um período de execução de dois anos, mas na realidade esse período de execução prolonga-se por dois, três, quatro anos e muitas vezes mesmo em cinco anos. Os Avisos são feitos desta forma para pressionarem uma rápida execução dos Fundos Comunitários, obviamente, que a Comunidade Intermunicipal quando se candidata, para não perder a oportunidade e conseguir angariar o financiamento que interessa, assume em orçamento, essa receita e naturalmente a despesa. Mais explica que o que tem vindo a acontecer, e em 2021, com os problemas inerente à pandemia e a questão de base apresentada, obriga a que cerca de 70% da atividade da CIM seja de Fundos Comunitários, em 51 projetos, muitos deles entraram em reprogramações e parte da execução passou para o ano seguinte. Isto é o que explica basicamente a taxa e execução apresentada. Por um lado, a estratégia de conseguir Fundos que alavanquem o Plano de Atividades da CIM, sendo esta a situação possível para permitir o acesso a candidaturas e por outro lado, o inesperado causado pela pandemia, que obrigou à adaptação de algumas atividades que não foi possível concretizar, apesar da forma perspectivada, foi necessária uma readaptação tendo implicado alterações em alguns projetos. Sendo estas as explicações para a taxa de execução, dando um exemplo concreto de um projeto, no âmbito da Proteção Civil, que a CIM contratualizou e após dois anos da contratualização do PT 2020, em que a CIM solicitou à Autoridade de Gestão do POSEUR, que esse projeto se pudesse concretizar, em cinco anos, porque o investimento era avultado e que o tipo de intervenção obrigaria a um projeto, com uma programação de quatro a cinco anos, a Autoridade de Gestão não aceitou "à cabeça", obrigando a condensar o projeto em dois anos e na verdade, depois de





reprogramação a reprogramação foi possível implementar o projeto no horizonte temporal que a CIM achava adequado, que seriam os quatro anos. Este é um exemplo obvio da necessidade de ajustamentos dos instrumentos existentes aos ciclos de financiamento que vão surgindo. E assim responde à questão apresentada. -----

--- O Presidente da CIM, Manoel Batista, toma a palavra e refere que não irá responder à questão colocada por ter sido sobejamente respondida pelo Primeiro Secretário, Bruno Caldas. Aproveita a oportunidade, no que respeita à apresentação do Relatório de Gestão e Contas, em para felicitar os municípios porque a realização de 2021 não se deve em exclusivo à equipa da CIM e à CIM, mas também se deve aos municípios e á sua capacidade de execução, que no ano em causa subiu e se pretende que melhor sendo desejavelmente melhor de ano para ano, como referido pelo Bruno Caldas. Uma das melhores execuções de todos os tempos por parte da CIM do Alto Minho. Deixa ainda uma nota de felicitação à equipa técnica da CIM, que ao longo do ano faz um trabalho exaustivo, de grande coordenação, não só entre eles, mas também com os municípios, para que seja possível chegar-se aos objetivos a que a CIM se propõe, que é de apoiar os municípios e colocar no terreno os projetos necessários à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Menciona o projeto aqui apresentado, de forma mais detalhada, com a importância na qualidade de vida, da cultura e da necessidade de ter equipamentos culturais de referência. No Alto Minho, foi conseguido como o projeto "Alto Minho 4D – Viagem no Tempo" que cada município tenha atualmente, um instrumento de qualidade do ponto de vista da apresentação do que é a oferta do território, em cada uma das áreas. Mais uma vez felicita a equipa e faz um louvor pelo trabalho desenvolvido em 2021. -----

--- O Presidente da Mesa questiona o membro Augusto Sousa sobre o esclarecimento apresentado, se pretende intervir. Passa à votação do ponto **2.2 - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas** referente ao ano 2021 e num universo de 28 membros presentes, resultou a votação: 26 votos a favor, 2 abstenções e 0 votos contra, aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- Passa ao ponto **2.3 - Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, (Aplicação dos Saldos de Gerência)**. Cede a palavra ao Presidente da CIM. -----

Manoel Batista – Cede a palavra ao Primeiro Secretário, Bruno Caldas. -----

Bruno Caldas – Agradece. Explica este ponto estar relacionado o saldo de gerência, referindo o conjunto de candidaturas reprogramadas, no NORTE 2020 e no PROVERE e também no POSEUR, com reforço das rubricas para garantir a execução. Sendo a proposta apresentada o reforço das referidas despesas e incorporação do saldo de gerência nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e abre o período de inscrições para discussão





do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passou de imediato à votação do ponto 2.3 - Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, (Aplicação dos Saldos de Gerência). Num universo de 26 membros, resultou a votação: 26 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- Terminado o Período da Ordem do Dia desta sessão, passa ao Período de Intervenção do Público, não havendo público, passa a palavra à Vice-Presidente para a leitura e posterior aprovação da Ata em Minuta.-----

Margarida Vasconcelos - Cumprimenta toda a Assembleia, passando a apresentar um pequeno resumo desta sessão ordinária, da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho. -----

Dando início ao Período Antes da Ordem do Dia, ao seu ponto 1.1 Apreciação e Votação da Ata da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Intermunicipal realizada a 17 de janeiro de 2022, não havendo intervenções neste ponto, passou-se a votação. Num universo de 30 membros presentes verificou-se: 23 votos a favor, 7 abstenções e 0 votos contra, verificando-se assim a sua aprovação por maioria. De seguida o ponto 1.2 referente à Apreciação de Assuntos de Interesse da Comunidade Intermunicipal da iniciativa dos membros da Assembleia. Foi efetuada a leitura da “Moção 25 de abril e 1º de maio” pelo membro, Celestino Ribeiro. Neste ponto, tomaram a palavra: Francisco Lima, José Carlos Resende e Manuel Luís Gonçalves. Após votação, num universo de 30 membros presentes verificou-se: 28 votos a favor, 1 abstenções e 1 votos contra, verificando-se assim a sua aprovação por maioria. -----

De seguida passou-se ao Período da Ordem do Dia, em que foi feita a apresentação da atividade da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Manoel Batista e na qual interveio o membro da Assembleia Intermunicipal, Augusto Sousa .-----

No ponto 2.2 Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2021, não houve intervenções, procedendo-se assim à votação, num universo de 28 membros: 26 votos a favor, 2 abstenções e 0 votos contra, verificando-se a sua aprovação por maioria dos presentes. De seguida a apresentação do ponto 2.3 - Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 (Aplicação dos Saldos de Gerência), posta à discussão e votação e num universo de 26 membros presentes verificaram-se: 26 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, verificando-se assim a sua aprovação por unanimidade. -----

-- O Presidente da Mesa agradece este resumo para a aprovação da Ata em Minuta, explicando que este documento é fundamental para que as votações proferidas produzam efeitos imediatos, antes da aprovação da Ata tradicional. -----

--- Passa à votação da Ata em Minuta, num universo de 26 membros presentes, verificaram-se: 26 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, verificando-se assim a sua aprovação por





unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a participação de todos os presentes e a colaboração que facilitou gerir os trabalhos desta sessão. Agradece ao Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, na presença do seu Vice-Presidente, o apoio e com o IPVC, a cedência das instalações para a realização desta sessão. Agradece também aos colaboradores da CIM do Alto Minho, pelo trabalho realizado prévio a esta sessão, com um abraço especial à Técnica Virgínia Rego que se encontra doente e por essa razão não esteve presente, agradecendo de uma forma geral a todos aqueles que estão presentes e à empresa externa que colabora na gravação da reunião. Agradece ao Presidente da CIM, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Presidentes de Câmara. -----

Demonstrando o desejo, da continuação do trabalho profícuo pelo Alto Minho. -----

Os trabalhos foram encerrados pelas vinte horas, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Fátima Alexandra Faria da Costa, que a redigi. -----

Viana do Castelo, 28 de abril de 2022. -----

O Presidente da Assembleia

Alberto Luís de Oliveira Vilas

A Vice-Presidente da Assembleia

Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Fátima Alexandra Faria da Costa